PIS e Cofins

à luz da jurisprudência do CARF

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Volume 2

Marcelo Magalhães Peixoto
Gilberto de Castro Moreira Junior
(coordenadores)

PIS e Cofins

à luz da jurisprudência do CARF

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Volume 2

Adolpho Bergamini
Antônio Lisboa Cardoso
Bernardo Motta Moreira
Bruno Francisco Chaves de Resende
Cassio Sztokfisz
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira
Daniel Dix Carneiro
Daniele Souto Rodrigues
Edison Carlos Fernandes
Fábio Pallaretti Calcini
Fabiola Cassiano Keramidas
Geraldo Valentim Neto
Gilberto de Castro Moreira Junior
Gileno G. Barreto
Hercília Maria do A. dos Santos Bauer
Heroldes Bahr Neto
Igor Nascimento de Souza
Ivan Allegretti
João Carlos Cassuli Jr.
José Antonio Minatel
Karen Lie Mizumoto
Letícia de Souza Zugaib
Luciano Lopes de Almeida Moraes
Luís Eduardo Garrossino Barbieri
Marco Aurélio Greco
Matheus Cherulli Alcantara Viana
Maurício Pereira Faro
Natanael Martins
Osnildo de Souza Júnior
Pedro Anan Jr.
Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli
Rodrigo Cardozo Miranda
Rodrigo E. Munhoz
Rogério Cesar Marques
Sergio André Rocha
Sidney Stahl
Solon Sehn
Valdete Marinheiro

MP EDITORA
APET
TAX Accounting
Auditoria & Consultoria Tributária

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P753

PIS e Cofins à luz da jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais : volume 2 / Gilberto de Castro Moreira Junior, Marcelo Magalhães Peixoto (coordenadores). - São Paulo : MP Ed., 2013.
560p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7898-057-3

1. PIS. 2. COFINS. 3. Contribuições (Direito tributário) - Brasil. 4. Direito tributário - Jurisprudência. I. Moreira Junior, Gilberto de Castro. II. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971- III. Brasil. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

12-8764 CDU: 34:336.23

Produção editorial/gráfica
Mônica Aparecida Guedes

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento
Orgrafic

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2013
Av. Paulista, 1.776 – 1º andar
01310-200 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISBN 978-85-7898-057-3

Apresentação

Reiterando o compromisso de alargar a discussão acerca do tema da tributação da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep – e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins –, resumidamente chamadas "PIS/Cofins", que ainda suscita inúmeras dúvidas por parte dos contribuintes, a MP Editora lança o segundo volume dedicado ao estudo de PIS e Cofins e as respectivas decisões do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Novamente, convidamos membros conselheiros do CARF e importantes juristas para se debruçarem sobre o tema e, assim, mais uma vez, trazemos a lume uma obra plural, com importantes textos versando sobre os mais diversos assuntos, tais como: substituição tributária sobre receitas auferidas com a venda à Zona Franca de Manaus de produtos sujeitos ao regime monofásico; conceito de insumo para fins de crédito presumido de IPI; a desmutualização das bolsas de valores e seus efeitos fiscais para PIS/COFINS; tratamento do deságio decorrente da aquisição de investimento para a contribuição ao PIS e para a COFINS; PIS e COFINS no agronegócio; a incidência do PIS e da COFINS em subcontratações promovidas por concessionária de ferrovia; créditos extemporâneos do PIS e da Cofins; não cumulatividade e registro de crédito nas "comissões sobre vendas" devidas à pessoa jurídica; comissões pagas a agências de publicidade pelos veículos de divulgação e as contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS; indenizações e o PIS/Cofins; as bonificações e os descontos comerciais: a incidência ou não do PIS e da COFINS; base de cálculo do PIS&COFINS-Importação e da CIDE-Royalties e reajuste do IRRF; o PIS e a COFINS das instituições financeiras; entre outros.

Acreditamos, com isto, contribuir de alguma forma para posicionamentos teóricos e práticos sobre o tema.

Marcelo Magalhães Peixoto

Gilberto de Castro Moreira Junior

Coordenadores

Sumário

Apresentação **5**

PIS e COFINS – substituição tributária sobre receitas auferidas com a venda à Zona Franca de Manaus de produtos sujeitos ao regime monofásico **15**
Adolpho Bergamini
1. Introdução 15
2. Substituição tributária 16
3. Regime monofásico 17
4. Substituição tributária e regime monofásico nas operações envolvendo a Zona Franca de Manaus 21
5. Conclusão 26

Conceito de insumo para fins de crédito presumido de IPI **29**
Antônio Lisboa Cardoso

A desmutualização das bolsas de valores e seus efeitos fiscais para PIS/COFINS **41**
Cassio Sztokfisz
Igor Nascimento de Souza
I. Introdução 41
II. A operação de desmutualização 42
III. Escrituração das ações no ativo permanente ou no ativo circulante? Intenção de venda como fator determinante da classificação contábil 46
IV. Da operação de incorporação de ações da BOVESPA HOLDING S.A. pela Nova Bolsa S.A. 58
V. Conclusões 69

O alargamento do conceito de insumos para fins das contribuições devidas ao PIS e COFINS **71**
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira
1. Introdução 71
2. Considerações gerais sobre as Contribuições ao PIS e à COFINS 71
3. Fato gerador e base de cálculo das contribuições – PIS-PASEP e COFINS 76
4. Decisões do CARF sobre o conceito de insumos e sua aplicação ao PIS-PASEP e à COFINS 78
5. Apelação cível n. 0000007-252010.404.7200/SC – 1ª Turma – TRF4 80
6. Nova Era 81

7. Conclusões 82
Bibliografia 82
Sites consultados 83

O posicionamento do CARF frente à apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre os dispêndios com frete nas operações de transferências de produtos 85
Daniel Dix Carneiro
Bruno Francisco Chaves de Resende
1. Introdução e delimitação do tema 85
2. Breves considerações sobre o regime não cumulativo de apuração das contribuições PIS/COFINS 87
3. Do conceito de insumo para fins de apropriação do crédito das contribuições PIS/COFINS 90
4. Os serviços de frete na transferência de bens e sua caracterização como insumo 96
5. Considerações finais 99

Tratamento do deságio decorrente da aquisição de investimento para a contribuição ao PIS e para a COFINS 101
Edison Carlos Fernandes
Introdução 101
Fundamento contábil-societário do deságio de investimento 102
Tratamento tributário do deságio de investimento 108
Posição do CARF sobre a matéria 109

PIS e COFINS no agronegócio. Novas ponderações 111
Fábio Pallaretti Calcini
1. Introdução 111
2. PIS e COFINS, não cumulatividade e noção de insumo. A importância da peculiaridade da atividade econômica para a manutenção do crédito 112
3. Agroindústria. Apuração do crédito presumido. Lei n. 10.925/2004 e alterações. Alíquota: em função da aquisição ou do produto? 120
4. Crédito presumido. Art. 8º da Lei 10.925/2004. Momento de apuração e dedução 126
5. Insumos submetidos à alíquota zero. Direito ao crédito presumido 128
6. Agroindústria. Crédito presumido. Café. Manutenção. Exportadora. Possibilidade de compensação ou ressarcimento 131
7. Suspensão. Início de vigência da Lei n. 11.051/2004. Necessidade ou não de regulamentação? 132
8. Considerações finais 135

Operações com deságio e a incidência de PIS e COFINS não cumulativos **137**
Fabiola Cassiano Keramidas
I. Introdução 137
II. Da base de cálculo do PIS e Cofins não cumulativos 137
III. Da "receita de deságio" 139
IV. Conclusão 142

A incidência do PIS e da COFINS em subcontratações promovidas por concessionária de ferrovia **143**
Geraldo Valentim Neto
Karen Lie Mizumoto
I. Considerações introdutórias 143
II. Noções preliminares: conceito de "receita" 145
III. Breve histórico e distinções entre as sistemáticas de apuração do PIS e da COFINS 149
IV. A base de cálculo do PIS e da COFINS no regime cumulativo e o princípio da capacidade contributiva 151
V. A sistemática de apuração do PIS e da COFINS no regime não cumulativo 156
VI. Conclusões 162
VII. Bibliografia 163

Créditos extemporâneos do PIS e da Cofins **165**
Gilberto de Castro Moreira Junior
Rodrigo E. Munhoz
Rogério Cesar Marques
1. Objetivo do presente estudo 165
2. A sistemática não cumulativa do PIS e da Cofins 165
3. Créditos extemporâneos – possibilidade e formas de apropriação 168

Sobre os créditos das contribuições ao PIS e da COFINS dos dispêndios com o transporte de mercadorias **177**
Gileno G. Barreto
I. Considerações iniciais 177
II. Do princípio da autonomia dos estabelecimentos 181
III. Da possível caracterização do frete na "transferência" como frete na "operação de venda" 185
IV. Possibilidade de créditos de PIS/COFINS sobre frete nas "transferências" 188
V. A Jurisprudência administrativa recente 191
VI. Conclusão 199

Operações de desmutualização da BOVESPA e BM&F e a não incidência de PIS e COFINS sobre a alienação das ações recebidas **201**
Hercília Maria do A. dos Santos Bauer
1. Da desmutualização da BOVESPA e da BM&F 201
2. Posicionamento da Receita Federal em relação à incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas derivadas da alienação das participações societárias na BOVESPA S/A e na BM&F S/A 204
3. A classificação das ações como ativo permanente das corretoras e a não incidência do PIS e da COFINS 206
4. A impossibilidade de incidência do PIS e da COFINS sobre receitas derivadas de venda de ações/investimentos próprios de uma instituição financeira 211
5. Conclusões 219

Análise crítica da jurisprudência do CARF a respeito do creditamento de PIS/COFINS sobre dispêndios com frete (no comércio, na indústria e na prestação de serviços) **221**
Heroldes Bahr Neto
Osnildo de Souza Júnior
1. Introdução 221
2. Gastos com frete no comércio 223
3. Gastos com frete na indústria e na prestação de serviços 228
4. Conclusões 234

O crédito de PIS/Cofins no regime não cumulativo em relação às despesas com combustível, transporte e frete **237**
Ivan Allegretti
1. Introdução 237
2. Crédito de IPI, despesa operacional de IRPJ ou um terceiro critério? 238
3. O crédito pela aquisição de combustível, serviço de transporte e frete 241
4. Conclusão 245

Agroindústria: crédito presumido de PIS e COFINS – direito à compensação ou ao ressarcimento do crédito presumido da agroindústria (art. 8º da Lei n. 10.925/2004) **247**
João Carlos Cassuli Jr.
1. Introdução 247
2. Evolução histórica da legislação do crédito presumido da agroindústria no regime da não cumulatividade 248
3. Conclusão 264

PIS-COFINS: não cumulatividade e registro de crédito nas "comissões sobre vendas" devidas à pessoa jurídica **267**
José Antonio Minatel
1. Da não cumulatividade do PIS e da COFINS 267
2. Da inerência do encargo de "comissão sobre vendas", sempre concomitante e vinculado à receita 268
3. Direito ao crédito de PIS e COFINS e amplitude do conceito de "insumos" 269
4. Direito ao crédito de PIS e COFINS sobre encargo de "comissões sobre vendas" 277
5. Conclusão 281

Da tributação das cessões de crédito de ICMS pelo PIS e COFINS não cumulativos **283**
Luciano Lopes de Almeida Moraes
Introdução 283
Do PIS e da COFINS 284
Das cessões de ICMS 287
A cessão de crédito de ICMS não é receita 288
Da imunidade 290
Da jurisprudência do CARF 292
Conclusão 294

A incidência do PIS e da COFINS sobre receitas de vendas de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus **295**
Luís Eduardo Garrossino Barbieri
1. Introdução 295
2. A Zona Franca de Manaus – criação, conceito e natureza jurídica 295
3. Incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus 298
4. Jurisprudência do CARF 305
5. Conclusão 316

PIS e COFINS – Créditos acumulados de ICMS **319**
Marco Aurélio Greco
Consulta 319
Parecer 320

PIS e Cofins – Fretes pagos para o transporte de mercadorias **347**
Marco Aurélio Greco
Consulta 347
Parecer 348

Comissões pagas a agências de publicidade pelos veículos de divulgação e as contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS **359**
Matheus Cherulli Alcantara Viana
I. Introdução 359
II. Base de cálculo e as contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS 360
III. Veículos de divulgação, agenciamento de publicidade e as comissões 364
IV. Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais 367
V. Conceitos de faturamento e preço do serviço: necessidade de conformação com a jurisprudência dos Tribunais Superiores 371
VI. A Lei n. 12.232/10 e o desconto-padrão como receita de terceiros 375
VII. Conclusão 376

Indenizações e o PIS e COFINS **379**
Maurício Pereira Faro
Bernardo Motta Moreira
1. Introito 379
2. Matriz constitucional e hipótese de incidência das contribuições para o financiamento da seguridade social 380
3. Conceito de indenização, espécies e sua repercussão no patrimônio 385
4. Incidência do PIS e da COFINS sobre indenizações 388
5. A posição da Receita Federal do Brasil e o entendimento já manifestado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais 390
6. Conclusões 394

A evolução do conceito de insumo relacionado à contribuição ao PIS e à COFINS **397**
Natanael Martins
Daniele Souto Rodrigues
Introdução 397
1. Previsão normativa do conceito de insumo 398
2. Paralelo com a sistemática do IPI e ICMS 405
3. Paralelo com a sistemática do Imposto sobre a Renda 408
4. Jurisprudência atual 414
Conclusões 420
Referências e bibliografia consultada 423

As bonificações e os descontos comerciais: a incidência ou não do PIS e da COFINS **425**
Pedro Anan Jr.
I. Introdução 425
II. Do tratamento contábil das bonificações e descontos comerciais 426

III. Do tratamento tributário dos descontos comerciais ou bonificações para fins de apuração do PIS e da COFINS 429
IV. Exemplos de práticas comerciais que ensejam bonificações ou descontos comerciais pelas redes varejistas 436
V. Conclusões 440

"Insumo do insumo", etapas precedentes à industrialização e o direito a crédito de PIS e de Cofins não cumulativos 441
Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli
Letícia de Souza Zugaib
1. PIS e Cofins não cumulativos - um breve histórico 441
2. O regime da não cumulatividade 443
3. A materialidade do PIS e da Cofins, o conceito de insumo e a impossibilidade de aplicação do regime não cumulativo do IPI/ICMS às contribuições sociais para o PIS e a Cofins 446
4. A possibilidade de utilização de créditos sobre insumos adquiridos em etapas precedentes à industrialização; análise de casos concretos – Processo de Solução de Consulta n. 415 de 2009 da 8ª Região Fiscal da RFB e do Acórdão n. 3301-00.661 do CARF 456

A controvérsia continua: ainda sobre o conceito de "insumos" para PIS e COFINS 461
Rodrigo Cardozo Miranda
I. Introdução 461
II. Breve histórico da legislação e da jurisprudência do STF sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS 462
III. Análise da jurisprudência do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – sobre o conceito de insumos para fins de creditamento no regime da não cumulatividade do PIS e COFINS 470
IV. Do critério próprio decorrente da legislação do PIS e da COFINS para conceituação de insumos – legitimidade ampla para creditamento 476
V. Análise de recentes decisões judiciais sobre o tema 480
VI. Conclusão 487

Base de cálculo do PIS&COFINS-Importação e da CIDE-Royalties e reajuste do IRRF 489
Sergio André Rocha
1. Introdução 489
2. Da base de cálculo do PIS&COFINS-Importação e da CIDE-Royalties 490
3. A posição da RFB em decisões de consulta 491
4. A posição do CARF no Acórdão n. 3201-00.415 493

5. Nossos comentários 494
6. Conclusão 496

O PIS e a COFINS das instituições financeiras — uma visão sistêmica 497
Sidney Stahl
I. Introdução 497
II. Um resumo do assunto 499

Crédito presumido de IPI e a base de cálculo de PIS e Cofins 519
Solon Sehn
1. Introdução e delimitação do tema 519
2. Diferenciação entre a materialidade do PIS/Pasep e da Cofins nos regimes cumulativo e não cumulativo 519
3. Dos créditos presumidos concedidos como subvenção de custeio 523
4. Dos créditos concedidos como subvenção para investimentos 528
5. Conclusões 537

O PIS/Cofins não cumulativo sobre o serviço de transporte rodoviário de carga 539
Valdete Marinheiro
1. Introdução 539
2. Histórico 539
3. PIS/COFINS não cumulativo e o critério adotado 541
4. PIS/COFINS não cumulativo sobre a prestação de serviço de transporte rodoviário de carga e sua base de cálculo 542
5. Exceções da base de cálculo do PIS/COFINS não cumulativo 543
6. Alíquotas do PIS/COFINS não cumulativo 552
7. Os créditos do PIS/COFINS não cumulativo 553
8. Cálculo do crédito do PIS/COFINS não cumulativo 558
9. Crédito presumido na prestação do serviço de transporte 558
10. Créditos do PIS/COFINS sobre aluguéis de veículos automotores e caminhões 559
11. Outros créditos do PIS/COFINS 559
12. Isenções do PIS/COFINS no transporte rodoviário de carga 560